

## CRISE DO IOF

Revisão de benefícios e mudanças no piso são algumas das alternativas avaliadas pelo governo para equilibrar as contas. Para especialistas, porém, as saídas estão diminuindo

# Cartas à mesa para honrar meta fiscal

» RAPHAEL PATI

**T**ema de discussão e embaixada recente entre o governo federal e o Congresso, o imbróglio do aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pode estar no final e ter um desfecho já no início desta semana. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, convocou para hoje à noite uma reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). Também participam do encontro líderes partidários das duas casas e outros ministros da área econômica do governo.

A reunião foi confirmada logo após um encontro entre Haddad, Motta e Alcolumbre com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no último dia 3. Na ocasião, o titular da Fazenda disse que as medidas já estavam definidas, mas que seriam apresentadas aos líderes partidários antes de enviadas ao Congresso. Também ressaltou que haverá outras propostas que serão discutidas com Lula após a volta do presidente ao Brasil e que, segundo o ministro, “não precisam ser definidas imediatamente”.

Apesar de ter a ideia pronta, Haddad deve ouvir sugestões de membros do Congresso para garantir a sustentabilidade fiscal do país. O líder do União Brasil na Câmara, Pedro Lucas (MA), disse que vai sugerir ajustes nos benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de propor mudanças no piso para profissionais das áreas da saúde e educação. Em vídeo publicado nas redes sociais, o deputado ainda falou sobre utilizar excedentes de leilões do petróleo e dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para cobrir as despesas.

Por outro lado, o ministro das Cidades, Jader Filho, disse a jornalistas após participar do Fórum Esfera, em São Paulo, ontem, que a mudança nos benefícios fiscais deve pautar a reunião de logo mais. “Benefício fiscal não pode se tornar uma muleta, ele tem que ser um benefício que tem de acontecer como um impulso, para dar aquele ‘start’, mas não pode ser um benefício para a vida toda”, disse.

Uso de excedentes do petróleo, revisão de benefícios fiscais e mudanças no piso salarial de determinadas categorias são algumas das cartas que o governo deve se debruçar para atingir a meta fiscal até o fim da gestão Lula, além de evitar

Ed Alves/CB/DA.Press



Haddad define alternativas ao IOF com Motta e Alcolumbre; reunião está marcada para este domingo

o agravamento de problemas crônicos na dívida pública. A medida do IOF, como foi idealizada e publicada, prevê uma arrecadação extra de R\$ 61,5 bilhões até o fim de 2026, de acordo com estimativa da equipe econômica.

Apesar do problema parecer pontual, de acordo com especialistas, envolve questões ainda mais complexas para o governo, que continua com desafios para honrar o compromisso fiscal, mesmo com uma regra aprovada há menos de dois anos. Na avaliação do analista senior da Tendências Consultoria, Sílvio Campos Neto, a decisão do governo em alterar o IOF evidencia que as saídas para o governo estão diminuindo, à medida que o governo busca abrir espaço fiscal pelo lado das receitas.

“O fato é que muitas das apostas feitas pelo governo mostraram-se otimistas (ou mesmo equivocadas), sendo que agora houve a necessidade de admitir tais frustrações. Sem apoio no Congresso para a aprovação de novos impostos e contribuições, a Fazenda partiu para a única alternativa que não dependia do Legislativo, no caso o IOF”, considerou o economista.

Na mesma linha, o professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto Luciano Nakabashi acredita que a agenda de controle das contas públicas precisa vir pela redução dos gastos como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Ele avalia que há dois pontos de maior pressão por aumentos de gastos no futuro decorrentes do envelhecimento da população: a questão

previdenciária e o Sistema Único de Saúde (SUS). “É preciso já pensar em uma nova reforma da Previdência que eleve o tempo de contribuição, aumente as alíquotas e acabe com os privilégios existentes. As regras precisam ser muito parecidas para todos. Reduzir ao máximo as diferenças e exceções.”

As mudanças no IOF também foram mal recebidas no setor produtivo e pelas instituições financeiras. Com a taxa de juros ainda em patamar mais restritivo, aos 14,75% ao ano, o aumento de imposto para operações de crédito, se for mantido, pode punir ainda mais as pequenas e médias empresas, como destaca o diretor jurídico da Associação Brasileira de Pagamentos (Abipag), Gabriel Cohen.

“A medida precisa ser avaliada para pensar nos impactos disso, porque, de novo, acesso a crédito é uma prerrogativa basilar hoje para a sociedade brasileira, no que diz respeito a dispor de recursos para aquisição, para coisas básicas. Eu acho que a gente realmente tem que olhar isso de forma atenta.”

### Receitas e despesas

Apesar das diferentes possibilidades à disposição para o governo, especialistas afirmam que o governo deve optar por cortar ainda mais gastos para cumprir a meta fiscal e garantir a sustentabilidade do Orçamento nos próximos anos. Na avaliação do presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (Corecon-SP), Odilon Guedes, a equipe econômica deve se debruçar nas renúncias

fiscais, que já somam cerca de R\$ 600 bilhões neste ano.

Um exemplo citado por Guedes é o do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), um benefício concedido a restaurantes e hotéis durante a pandemia e que o setor luta para manter mesmo após o fim da crise sanitária. Também ressalta os altos custos para manter o Poder Judiciário e os militares, que são os únicos servidores a se aposentarem com salário integral, como lembrou. “O governo, porém, evita debater esses dois setores, que são amplamente favorecidos dentro da sociedade e que também deveriam ser incluídos nesse debate.”

Já na visão do consultor e executivo de gestão de riscos Rodrigo Provazzi, a questão do IOF evidenciou que o espaço para o aumento de imposto no país está cada vez mais escasso, o que, segundo ele, é um indicativo importante e que pode ajudar a incentivar uma redução maior das complexidades do sistema tributário atual. Entretanto, o especialista acredita que o governo deve se comunicar melhor e unir o discurso em torno da simplificação dos tributos.

“Ao mesmo tempo que a gente vem falando da reforma tributária, da reforma da renda, o governo vem com uma medida que traz essa incerteza de uma forma muito presente para as empresas, e eu digo que o empresário não tem tanto medo do risco. Desde que ele conhece, vai se preparar, vai precificar e tratar esse risco. Eu acho que o maior receio é com relação a essas incertezas”, analisou.

## Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## O tamanho do buraco

Na semana em que pesquisa do instituto Quaest diz que a taxa de desapropriação do governo Lula chegou a 57%, crescendo 1 ponto de porcentagem sobre a sondagem anterior, que 65% e 66% dos ouvidos, respectivamente, manifestam que Bolsonaro e Lula deveriam pendurar a chuteira, uma notícia policial publicada sem alarde nos jornais ajuda a entender o buraco em que estamos enfiados.

“Piloto preso com 400 kg de cocaína é absolvido após Justiça considerar abordagem ilegal”, diz matéria da *Folha de S.Paulo* da última quinta-feira, seguida do subtítulo: “Juiz Luciano Silva, da 2ª Vara Federal de Araçatuba, entendeu que não havia fundada suspeita para a abordagem da aeronave”. Não foi notícia isolada.

Dias antes, também surpreendeu a decisão de um desembargador do Tribunal de Justiça do Rio liberando um cantor ligado ao tráfico preso pela polícia sob o argumento de que não foram observados os preceitos corretos no mandado do juiz de primeira instância. Mas também não foi uma exceção. De tão recorrentes, tais notícias já começam a nem ser publicadas. Ou saem como notinha de rodapé.

Exemplo: mulher delatou traficantes que mataram o seu marido e a expulsaram de uma favela em São Paulo. A polícia e o Ministério Público pediram a prisão dos criminosos e o Judiciário indeferiu o pedido, segundo texto do *Cidade Alerta*, noticiário da Band, único a registrar a bizarra decisão. E o que aconteceu? A mulher, até agora outra vítima anônima, foi morta logo depois.

Nada dessa feira de eventos tenebrosos foi fruto do acaso, nem decorre de a pessoa estar na hora e local errados. Trata-se de um viés que vem de longe e foi aos poucos sendo normalizado, como se não houvesse o que fazer a não ser redobrar a violência policial.

Já se vão 15 anos, até mais, quando um promotor e um delegado da Polícia Civil de São Paulo vieram a público alertar que o PCC estava recrutando jovens nas periferias urbanas com a promessa de pagar colégio, cursinho e vestibular, caso se dispusessem a cursar direito e participar de concurso para juiz e procurador do MP. Ou eram orientados a entrar em partidos e disputar eleições.

Havia precedentes: o crime organizado se infiltrou na política, no Judiciário, na economia e nas forças policiais do México assim.

### “Protetores” de traficâncias

Esse foi o alerta feito lá atrás, precedido de estudo acadêmico por um pesquisador da Universidade de Boston, e ninguém quis dar atenção. Vê-se o tráfico como um bando de jovens malnutridos, de chinelo de dedo, peito nu, portanto metralhadora. Não veem, nem investigam, os chamados “protetores”, a face invisível do crime organizado. Estão em toda parte, inclusive no mercado financeiro.

Não se combate tal infiltração, cada vez mais sofisticada — como a ostentação de riqueza por influencers em redes sociais indica o propósito de seduzir e aliciar a juventude mais pobre para o crime —, apenas com polícia e justiça. Nem com leis nominalmente duras, mas apenas para os apenados desprovidos de “protetores” poderosos.

A verdade, teimosamente ignorada, é que o crime em massa prospera onde a administração do Estado há algumas décadas virou manguetazal. Em suma, o Estado paralelo toma forma e finca raízes onde o Estado oficial perdeu sua capacidade de prover as funções básicas para o qual existe e é bancado pela população. Não se cumpre a sua função de prover segurança apenas com leis e o poder de polícia.

Dar título de propriedade a moradores de ocupações irregulares, retificar ruas de favelas, trazer água encanada e eletricidade sem necessidade dos gatos na fiação regular e construir UPAs e escolas técnicas nessas áreas também fazem parte de uma estratégia de segurança pública. Hoje, milícias suprem tais serviços e cobram por eles em troca de uma segurança que caberia ao Estado garantir.

### Iniciativas bem-sucedidas

Assim como no México, Colômbia, mesmo em países desenvolvidos — no Japão, a Yakuza se organiza como sociedade beneficente, com uma mescla de assistência social, crimes variados e uma área empresarial, que investe em ações de conglomerados japoneses —, a traficância aprende a se disfarçar e a se socializar sem assustar. Como os bicheiros de antes, e a turma das bets de hoje.

A experiência demonstra que onde a gestão pública se insere com o que mais reclama a população marginalizada, o crime pode não acabar, mas diminui ou fica menos letal. É o caso do programa conhecido no Rio como “favela-bairro”, lançado em 1994 pelo então prefeito Cesar Maia e retomado pelo atual, Eduardo Paes (PSD-RJ). Ele visa urbanizar e integrar favelas à cidade, oferecendo infraestrutura, serviços sociais e reconhecê-las como bairros normais.

Mais bem-sucedido é o programa lançado vinte e poucos anos atrás na Cidade do México pela cimenteira Cemex. Começou advogando as favelas, as casas, a formação de grupos de jovens advogados para cadastrar o morador e pedir na prefeitura a titulação do imóvel e, ao fim, a venda de sacos de cimento e outros insumos para reforma das moradias. Tudo foi pensado para funcionar. A venda é feita por mulheres da comunidade por meio de cadernetas, com duas semanas para pagar. Pagando uma nota, libera a compra seguinte, com retirada em lojas de materiais de construção da própria comunidade.

O programa projetou a imagem da ex-prefeita da capital Claudia Sheinbaum. Ela não o formulou, mas o ampliou, tornando-se conhecida no México e vindo a se eleger presidente no ano passado.

### Nem Paris nem Tiririca

Um contraponto à pesquisa da Quaest, e para as outras que virão, seria pesquisar a proposta dos eventuais candidatos para os temas relevantes à sociedade e levar as suas respostas ao escrutínio do eleitor, em vez de listar nomes e inquirir a sua preferência.

Se a política não vai ao eleitor, vamos levar o eleitor até ela, que é o que ele faz quando vota em outsider ao se sentir tratado como massa de manobra. Esse sentimento explica a vitória de Trump nos EUA, mesmo a de Bolsonaro. Explica também por que os programas eleitorais estão perdendo eficácia para aliciar votos. O Brasil dos currais eleitorais ainda existe, mas está em retração.

A questão de impacto para um campo bem dividido entre dois polos, com um nome numa ponta do arco ideológico e vários na outra ponta, é saber com clareza o que propõem para atender a insatisfação com o desempenho do país nas últimas duas décadas e ainda falarmos de pobreza e de insegurança só na véspera de cada eleição.

Essa é a resposta necessária, já que para poucos “sempre haverá Paris”, conforme a frase icônica do clássico *Casablanca*, e para a maioria haverá os “Tiririca” e os “Cacareco” da política.

## INOVAÇÃO

# Tecnologia da UnB pode economizar milhões em contas de luz

» ALÍCIA BERNARDES\*

Uma tecnologia criada pela Universidade de Brasília (UnB) promete transformar a gestão de energia em universidades federais e outras instituições públicas. A plataforma Mepa (Monitoramento de Energia em Plataforma Aberta) utiliza Inteligência Artificial (IA) para analisar contas de luz e sugerir contratos mais vantajosos, com base nas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em fase piloto, o sistema já apontou um potencial de economia de mais de R\$ 3 milhões ao ano em 20 universidades brasileiras.

Financiado pelo Ministério da Educação (MEC), o projeto foi reconhecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como exemplo de boa prática de gestão. A economia pode chegar a até 52,8% em alguns casos, liberando recursos que podem ser investidos em ensino, pesquisa e infraestrutura. “Com ajustes simples nos contratos, é possível liberar verbas importantes para as universidades. É um ganho duplo: econômico e estratégico”,

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Plataforma usa IA para sugerir contratos mais vantajosos a universidades

afirma Loana Velasco, coordenadora da pesquisa.

Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a adoção do Mepa padronizou a gestão de contratos de energia, que antes era feita de forma pontual e com metodologias distintas. A análise agora é sistemática, com base em

dados consolidados e geração de alertas automáticos. “A plataforma aumentou a transparência e deu mais segurança às decisões, com recomendações técnicas baseadas em históricos atualizados”, destaca Edna Hercules Augusto, pró-reitora de Administração da instituição.

### Como funciona

O funcionamento da ferramenta é simples: as instituições inserem suas faturas de energia dos últimos meses na plataforma, que cruza essas informações com dados do mercado regulado e recomenda os melhores contratos. “Quanto maior o histórico, mais precisa é a recomendação”, explica Velasco. Casos práticos já demonstram a eficácia: no Sudeste, uma universidade pode economizar mais de R\$ 1 milhão ao ano; no Norte, reduções proporcionais chegaram a 52,8%.

Desenvolvido pelo Lab Livre da UnB, o Mepa está disponível gratuitamente para todas as instituições federais de ensino superior interessadas. A equipe responsável reúne especialistas em engenharia elétrica, software e sistemas embarcados. “É uma ferramenta estratégica, com impacto direto na boa gestão dos recursos públicos”, resume o professor Renato Coral, responsável técnico pelo sistema.

\*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro